



# DOIS MIL MILHÕES PARA NOVO FUNDO DE REABILITAÇÃO URBANA

Programa de financiamento centra-se nos edifícios com mais de 30 anos. Um dos objetivos é dinamizar a habitação e o arrendamento nos centros históricos das cidades

Há no país 980 mil edifícios a precisar de reparações, mais de um terço a necessitar de intervenções médias ou grandes, estima o Governo. Para revitalizar centros históricos das cidades e, ao mesmo tempo, apoiar a eficiência energética, o Governo vai lançar um programa de reabilitação urbana para a habitação, comércio e serviços, alavancado em fundos europeus, com um financiamento superior a dois mil milhões de euros.

Um grupo de trabalho criado por despacho dos secretários de Estado do Desenvolvimento Regional, Castro

Almeida, da Energia, Artur Trindade, e do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Miguel de Castro Neto, vai desenhar o instrumento que suportará o financiamento das operações de reabilitação.

O programa vem dar continuidade ao Fundo Jessica e estará mais centrado na habitação para particulares, apoiando a eficiência energética, a “gestão inteligente da energia” e a “utilização das energias renováveis nas infraestruturas”.

Tanto para a habitação, como para edifícios públicos.



## O novo instrumento financeiro vai abranger “edifícios afetos a habitação, equipamentos, comércio ou serviços, preferencialmente concluídos há 30 anos ou mais e prioritariamente localizados em áreas de reabilitação urbana

O novo instrumento financeiro vai abranger “edifícios afetos a habitação, equipamentos, comércio ou serviços, preferencialmente concluídos há 30 anos ou mais e prioritariamente localizados em áreas de reabilitação urbana”, devendo conjugar o apoio à reabilitação de edifícios de habitação e o aumento da sua eficiência energética.

Outro objetivo passa por dinamizar o mercado de arrendamento e a oferta de casas “com rendas acessíveis, promovendo a diversidade etária e social da população residente nos centros urbanos”. Este é um programa desenhado perante a “profunda degradação do parque edifica-

do em Portugal, com um excedente evidenciado por milhares de fogos e edifícios devolutos em conjuntos urbanos e 980 mil edifícios no continente a necessitar de reparações, dos quais 380 mil necessitam de intervenções médias, grandes ou estão muito degradados”, publicado em *Diário da República*.

A componente de aumento de eficiência energética vai permitir utilizar verbas dos programas operacionais regionais do novo quadro comunitário de apoio (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve), assim como do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.



Portugal 2020

## Mil milhões de euros vão para reabilitação urbana e eficiência energética



Enquanto a eficiência energética atrai 600 milhões de euros, à reabilitação urbana chegam 400 milhões. O objetivo é que haja dois ou três mil milhões de euros em crédito disponíveis para estas áreas. De acordo com o ministro do Ambiente, Moreira da Silva, à reabilitação e regeneração de edifícios e espaços públicos estão destinados 400 milhões de euros, que advêm dos programas de inclusão social e que serão distribuídos por particulares com prédios para arrendar, organismos públicos com habitação social, autarquias e Estado central.

Quanto ao financiamento, sabe-se que o dinheiro chegará por canais diferentes aos destinatários e que, no setor privado, a via é única. A banca disponibilizará linhas de crédito em condições mais favoráveis do que as do mercado.

O próximo quadro comunitário de apoio destina, de acordo com as regras publicadas na passada sexta-feira em *Diário da República*, 600 milhões de euros para a eficiência energética, que passa pela substituição de equipamentos e obras nos edifícios que permitam reduzir o consumo de energia.

Para esta área, o dinheiro advém do Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) e pode ser acedido por particulares e empresas através de empréstimos. Já a administração pública candidata-se a verbas a fundo perdido. O objetivo do Executivo é que os mil milhões de euros sejam avançados duas ou três vezes.

